



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH IV
COLEGIADO DE HISTÓRIA

BIANCA FERREIRA SANTOS

FINALMENTE CIDADE: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE QUIXABEIRA
(1978 - 1989)

JACOBINA – BA

2025

BIANCA FERREIRA SANTOS

**FINALMENTE CIDADE: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE QUIXABEIRA
(1978-1989)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – campus IV, Colegiado de História, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em História, sob a orientação da Prof.^a Dr. Joana Medrado Nascimento.

JACOBINA – BA

2025

FINALMENTE CIDADE: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE QUIXABEIRA (1978-1989)

BIANCA FERREIRA SANTOS



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COLEGIADO DE HISTÓRIA - DCH4 - UNEB/C4/DCH/HISTORIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 24 dias do mês de julho de dois mil e vinte cinco, às 16 horas, na plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os Docentes *Dra. Joana Medrado Nascimento* (Orientadora), **Prof. Dr. Polliana Moreno dos Santos** (examinadora) e **Prof. Dr. Valter Gomes Santos de Oliveira** (examinador), para compor a Banca de Defesa Pública da discente **Bianca Ferreira dos Santos**, tendo como título da Monografia **FINALMENTE CIDADE: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE QUIXABEIRA (1978 – 1989)**.

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado **aprovado**, com nota **8,0**. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 18h, e eu, Joana Medrado Nascimento (Professora Orientadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca ressalta a relevância social do trabalho e acredita que o mesmo pode ser desdobrado em nível de pós graduação com a incorporação de outras fontes. Recomenda fazer uma revisão geral do texto conforme as sugestões da banca, adequação às normas ABNT para artigo e a retirada do item 4.1.

Banca examinadora:

Professora Dr.^a Joana Medrado Nascimento (orientadora)

Professora Dr.^a Polliana Moreno dos Santos

Professor Dr. Valter Gomes Santos de Oliveira



Documento assinado eletronicamente por **Joana Medrado Nascimento, Professor**, em 24/07/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliana Moreno dos Santos, Professor**, em 24/07/2025, às 21:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

Ata 00118632101 SEI 074.7884.2025.0049582-76 / pg. 1



Documento assinado eletronicamente por **Valter Gomes Santos de Oliveira, Professor**, em 27/07/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00118632101** e o código CRC **EFE22B06**.

Referência: Processo nº 074.7884.2025.0049582-76

SEI nº 00118632101

JACOBINA-BA, JULHO DE 2025

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a contribuição e o apoio de muitas pessoas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por manter-me de pé, mesmo quando eu não tinha mais forças para ali permanecer, agradecer por todas as bênçãos concedidas durante toda minha vida e em especial durante a minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu orientador inicial, Lineker Noberto pela orientação, paciência; e agora em especial a minha orientadora Joana Medrado, pelos valiosos conselhos ao longo de todo o processo, sua dedicação e profissionalismo foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de turma, Daiane, Gildeão e Jaciane que sempre estiveram dispostos a trocar ideias e me apoiar nos momentos desafiadores. A colaboração e o incentivo de vocês foram essenciais para que eu pudesse concluir este projeto, gratidão por todos os momentos vividos ao lado de vocês, eles tornaram a minha vida acadêmica mais leve. Não poderia deixar de mencionar também o irmão Ueslei, que é uma benção, suas palavras de encorajamento foram muito importantes para mim.

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe, e ao meu esposo Amarildo, que me proporcionaram amor e suporte incondicional durante toda a minha trajetória acadêmica. Sem o incentivo e a compreensão deles, este momento não seria possível.

Agradeço profundamente aos depoentes pelas entrevistas que concederam, pois foram essenciais para a realização deste trabalho. Por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de emancipação política do município de Quixabeira, localizado no Estado da Bahia, cuja autonomia foi conquistada em 1989. A pesquisa tem como objetivo compreender os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que impulsionaram a luta pela emancipação, evidenciando a importância desse movimento para a construção da identidade e da memória local. A escolha do tema se justifica pela escassez de registros documentais sobre a história do município, o que reforça a necessidade de preservação das narrativas locais. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas fontes orais, por meio de entrevistas com moradores que participaram diretamente do processo, além de documentos oficiais e referências bibliográficas relacionadas à história política local e à emancipação municipal no Brasil. Os resultados indicam que a emancipação de Quixabeira foi fruto da mobilização popular, da atuação de lideranças locais e da busca por autonomia administrativa, social e cultural. O estudo demonstra que, mais do que uma reorganização territorial, a emancipação representou um marco de afirmação da cidadania e fortalecimento da identidade comunitária. A pesquisa contribui para a valorização da história local e amplia o entendimento sobre os impactos da emancipação política em pequenas cidades do interior baiano.

Palavras-chave: Emancipação. Quixabeira. História local. Identidade. História Política.

ABSTRACT

This study analyzes the political emancipation process of the municipality of Quixabeira, located in the state of Bahia, whose autonomy was achieved in 1989. The research aims to understand the social, cultural, political, and economic factors that motivated the struggle for emancipation, highlighting the importance of this movement for the construction of local identity and collective memory. The choice of the theme is justified by the scarcity of documentary records about the municipality's history, reinforcing the need to preserve local narratives. To achieve the proposed objectives, oral sources were used through interviews with residents who actively participated in the emancipation process, in addition to official documents and bibliographic references related to local political history and municipal emancipation in Brazil. The results indicate that Quixabeira's emancipation was the result of popular mobilization, the leadership of local figures, and the pursuit of administrative, social, and cultural autonomy. The study demonstrates that, beyond territorial reorganization, the emancipation represented a milestone in the affirmation of citizenship and the strengthening of community identity. The research contributes to the appreciation of regional history and expands the understanding of the impacts of political emancipation in small towns in the Bahian hinterland.

Keywords: Emancipation. Quixabeira. Local history. Identity. Political History.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo estudar a história da emancipação política do município de Quixabeira, Bahia, a partir de uma perspectiva histórica. Mais do que um simples evento administrativo, a emancipação será tratada como um marco simbólico na consolidação do pertencimento e da construção histórica e política da comunidade. A ausência de registros sobre o tema despertou o interesse investigativo, reforçando a importância de preservar e analisar criticamente as trajetórias locais.

Para isso, será utilizada uma abordagem centrada em fontes orais e documentais, valorizando o testemunho de moradores e lideranças que participaram ativamente do processo de luta pela emancipação. A história oral, como enfatiza Verena Alberti (2005), nos permite acessar as interpretações e significados atribuídos aos acontecimentos por quem os viveu.

As narrativas sobre a emancipação de Quixabeira serão analisadas à luz das contribuições de autores como Sérgio Buarque de Holanda, especialmente no que se refere à autonomia como base do desenvolvimento (Holanda, 1983).

O estudo também buscará compreender a influência de práticas políticas locais, como o mandonismo e o clientelismo, que permaneceram presentes no cenário político regional e influenciaram o processo de emancipação. A análise histórica será construída de forma a relacionar o movimento emancipacionista com o contexto da redemocratização brasileira e com o direito à cidade, previsto na Constituição Federal de 1988. Assim, este trabalho insere-se no campo da História Política, dialogando com as noções de identidade, memória e poder

Segundo Magalhães (2008), na década de 1930, o Brasil iniciou um processo que provocou mudanças no território: o processo de emancipação dos municípios. Ao longo das décadas, este processo tornou-se mais intenso e posteriormente limitado pelos governos militar, voltando a se intensificar apenas no final da década de 1980, com o fim do regime militar e a Constituição Federal que atribuiu competência aos municípios, impostos próprios e participação nas receitas arrecadadas pelos Estados e pela União. A partir daí os municípios começaram a desempenhar um papel mais importante na administração pública do país, e com isso também foi ampliada a obrigação do município de se adaptar à oferta de serviços públicos essenciais.

Em *Raízes do Brasil*, obra escrita por Sérgio Buarque de Holanda e publicada originalmente em 1936, o autor analisa os elementos constitutivos da identidade brasileira, discutindo aspectos sociais, culturais e históricos que moldaram o país. Holanda aborda a importância do patriarcalismo e das estruturas familiares na formação da sociedade nacional, destacando a transição de uma sociedade agrária e colonial para uma moderna e urbana. Nesse contexto, o autor afirma que “[...] a autonomia é o pilar da liberdade e do desenvolvimento” (Holanda, 1983, p. 45). Tal concepção de autonomia pode ser relacionada ao processo de municipalização, que consiste na descentralização administrativa e política, conferindo aos municípios maior capacidade de autogestão. Ao permitir que as decisões sejam tomadas mais próximas da realidade local, a municipalização fortalece a participação democrática e promove práticas de gestão local alinhadas a autonomia municipal, conforme apresentada por Holanda.

A criação do município de Quixabeira foi oficializada em 13 de junho de 1989, por meio da Lei Estadual nº 5.019/89, sancionada pelo então governador Nilo Coelho. Até então, Quixabeira figurava como distrito vinculado ao município de Serrolândia. A emancipação política foi resultado de um movimento popular iniciado na década de 1980, que contou com a participação ativa de vereadores e lideranças comunitárias locais.

A emancipação de municípios não representa apenas um ato administrativo, mas pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de reorganização territorial e política que ganha força a partir da década de 1980, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, que ampliou a autonomia dos municípios. Conforme observa Silva (1992), a municipalização proporcionou a possibilidade de maior participação da população nas decisões locais, favorecendo a construção de identidades regionais e o fortalecimento de culturas locais. No caso de diversos municípios nordestinos, como aponta Souza (2001), a gestão mais próxima da realidade social local permitiu a implementação de políticas públicas mais sintonizadas com as necessidades da comunidade. Assim, é possível investigar até que ponto esses processos contribuíram para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

A dificuldade de acesso aos registros sobre o tema teve um significado ambíguo na condução da pesquisa: por um lado, despertou minha curiosidade; por

outro, causou uma decepção inicial. Diante disso, decidi trabalhar com fontes orais, realizando entrevistas que foram analisadas com cuidado, no intuito de compreender o significado dos eventos. Nesse processo, percebi a verdadeira natureza do trabalho do historiador, que é inquietante e investigativo, com a principal missão de verificar todas as informações obtidas, sejam elas provenientes de documentos escritos, fotografias ou da oralidade.

Sobre as fontes orais, é possível afirmar que trabalhar com história oral permite compreender que essas fontes nos informam mais sobre o significado dos acontecimentos narrados do que sobre os fatos em si. Elas transmitem não apenas o que ocorreu, mas, principalmente, o que aqueles eventos significaram para quem os viveu e os relata. Ou seja, não se trata apenas do que as pessoas fizeram, mas do que queriam fazer, do que pensaram, sentiram e como interpretaram sua própria história.

Dessa forma, podemos afirmar que a história oral não busca “verdades absolutas”, nem se pauta por objetividades rígidas, mas sim pelas subjetividades, pelas particularidades e pelos aspectos que, muitas vezes, não foram registrados, mencionados ou sequer ouvidos por alguém, ou seja, nas entrevistas surgem elementos que não estão presentes em documentos escritos. Ao discutir a oralidade, Cardoso afirma:

Recorro a oralidade como uma opção epistemológica que fornece sustentação para uma investigação politicamente comprometida com a valorização e a recuperação das maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a sexualidade, a classe, a raça, possibilitada pelo testemunho oral (Cardoso, 2012, p. 28).

Neste entendimento, as contribuições de escritores como Falcon (2011), François (2006), Lozano (2006), Becker (2006), Valdman (2006), Tomio (1988), Bacellar (2005) e Alberti (2005) são cruciais, pois servem como referências para compreendermos as especificidades da história oral e sua importância para a historiografia, assim como para as fontes orais obtidas por meio de entrevistas com moradores que vivenciaram o processo de emancipação política de Quixabeira, sendo eles Dalberto Lima Novais, escritor, nascido em Quixabeira, foi vereador pelo município de Serrolândia representando Quixabeira por seis anos (1977-1983) e exerceu o cargo de vice-prefeito no município de Quixabeira por quatro anos (1993-

1996), e Alcivan Pereira de Sousa morador de Quixabeira, eleito vereador por oito mandatos (1990-2025), as lideranças políticas entrevistadas continuam desempenhando um papel relevante nos processos de construção da memória e valorização da história local.

Ao discutir o processo de emancipação política, Falcon (2011) destaca que a História Política deve ser compreendida como uma ciência, e não como uma arte, atribuindo ao historiador a função essencial de relatar e descrever os eventos históricos tal como ocorreram, a partir de evidências concretas. Tal perspectiva se aproxima de uma abordagem positivista, na qual se busca a objetividade e a reconstituição dos fatos.

Contudo, o próprio autor reconhece que os eventos políticos não se explicam por si mesmos. É necessário compreendê-los no contexto das relações sociais, dos interesses em jogo e das estratégias adotadas pelos sujeitos históricos (Falcon, 2011). Assim, busca-se entender como se deu o processo de emancipação política de Quixabeira, analisando os interesses que influenciam os indivíduos envolvidos, bem como suas táticas e articulações.

Além de Falcon, outros autores, como Bacellar, François e Voldman, são fundamentais para refletir sobre o uso das fontes orais na pesquisa histórica, especialmente quando essas fontes assumem papel central. Bacellar, por exemplo, ressalta que, antes de iniciar uma pesquisa, é imprescindível localizar, selecionar e compreender as fontes que serão utilizadas, pois são elas que orientarão a construção da narrativa histórica.

Em sua tese sobre a emancipação política de distritos que faziam parte da cidade de Feira de Santana-Ba, Bruno Mendes Góes (2015) argumenta que, mesmo a emancipação ocorrendo em vários municípios com características gerais de emancipação, cada processo possui suas especificidades.

O artigo está estruturado em quatro partes, a primeira apresenta o referencial teórico que discute conceitos como história oral, identidade e memória, em seguida aborda o contexto nacional das emancipações municipais no Brasil, situando historicamente o processo de formação dos municípios. Na terceira parte, destaca-se a importância do estudo de Quixabeira para a compreensão da história local e das especificidades regionais. Por fim também são exploradas as principais atividades

econômicas do município, evidenciando fatores que sustentam a sua dinâmica socioeconômica, e expressões da identidade cultural e do exercício da cidadania.

2 A DINÂMICA DA EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL NO BRASIL: CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

A intensa criação de novos municípios não é um fenômeno recente. Ao longo das últimas décadas, a quantidade de municípios no Brasil quase se quadruplicou. No entanto, a distribuição dessas emancipações não foi uniforme ao longo do tempo. Fabricio Ricardo de Limas Tomio (2003), ao analisar os dados, aponta que entre 1950 e 1970 houve uma intensidade maior na criação de municípios do que nas décadas seguintes, como a de 1980. Por outro lado, na década de 1970, esse número foi extremamente reduzido, evidenciando oscilações significativas.

Essa variação no ritmo de criação de municípios está relacionada, em grande medida, ao contexto político de cada período. Durante a República Populista (1946–1964), o ambiente democrático favoreceu a descentralização administrativa, o que impulsionou a formação de novos municípios em diversos estados brasileiros. A maior autonomia concedida aos estados e às comunidades locais facilitava a articulação política necessária para a emancipação.

Com a instauração do regime militar (1964–1985), houve uma inflexão nesse processo. O novo governo, de caráter centralizador, restringiu a criação de municípios por meio de maior controle institucional e redução da autonomia local. Como consequência, a década de 1970 apresentou um número significativamente menor de emancipações.

Por sua vez, a redemocratização a partir da Nova República, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, trouxe de volta à pauta municipalista. O novo texto constitucional reconheceu a autonomia dos municípios como entes federativos, ampliando sua capacidade legislativa, fiscal e administrativa. Esse cenário promoveu uma nova “onda” de emancipações, associada ao fortalecimento da participação popular e das políticas de desenvolvimento local.

Assim, percebe-se que os períodos democráticos no Brasil — como o pós-1946 e o pós-1988 — proporcionaram contextos mais favoráveis à municipalização,

enquanto os regimes autoritários, como o de 1964 a 1985, impuseram restrições à expansão da autonomia municipal.

Não podemos negar que a Constituição de 1946 devotou grande espaço ao município e o novo federalismo estabelecido por esta constituição trazia uma novidade com relação às predecessoras, pois o texto constitucional dizia expressamente que o município seria um “ente político e autônomo” participante do federalismo, ou seja, a República Brasileira teria três esferas do executivo independentes, quais sejam: a União, o Estado e o Município (Góes, 2015, p. 26).

Do mesmo modo, a partir de 1945 à criação da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e do Instituto Brasileiro para Administração Municipal (IBAM) condicionou a emancipação de inúmeros municípios.

A ABM, fundada em 1946, tinha feição política, e sua criação teria por objetivo “consolidar um lobby municipalista” na constituinte de 1946. Ou seja, a ABM já vinha atuando desde os debates para a elaboração da constituição, e viu vários de suas demandas serem contempladas (Góes, 2015, p. 28). Já o IBAM, fundado em 1952, foi o “braço técnico” do movimento municipalista. Na realidade a entidade surgiu de uma cisma verificada dentro da antecessora ABM, pois, para uma fração burocrática dentro da ABM, o movimento municipalista brasileiro não deveria se envolver diretamente com a política estatal e nem permitir a ingerência do Estado na gestão e no andamento dos negócios da entidade (Góes, 2015, p. 28). Nas palavras de Góes:

O que fica evidente é que a Constituição de 1946, elaborada no bojo da pluralidade de interesses, projetou um olhar mais cuidadoso sobre a questão municipal. O impacto dela para a vida dos municípios foi tão marcante, que podemos comparar com a palavra de ordem “cidadania”, que virou hegemônica e fundou raízes na posterior Constituição de 1988, chamada de “constituição cidadã”. E dentro desta generalização municipalista, o tema da emancipação política ou criação de municípios ganhou nova configuração e forte impacto na política e nas disputas locais (Góes, 2015, p. 32).

Após a Constituição de 1988 e a ampliação da autonomia política dos municípios, houve um impacto no processo de criação de novos municípios no Brasil. A autonomia institucional dos Estados na regulamentação das emancipações municipais, após a Constituição de 1988, foi um fator determinante para o ritmo diferenciado na criação de novos municípios. Antes dessa mudança, a legislação federal restritiva limitava a criação de municípios, mas a transferência dessa

regulamentação para os Estados abriu espaço para um maior número de emancipações, especialmente em locais com baixa população (Tomio, 2002, p. 65).

Contudo, no processo de redemocratização da descentralização do poder e da maior autonomia concedida aos entes municipais, houve um aumento significativo no número de municípios criados no país (Tomio, 2002, p. 62). Entre os anos de 1988 e 2000, a criação de novos mecanismos de governança local, impulsionada pela autonomia política dos municípios, contribuiu para uma maior eficiência na prestação de serviços públicos, uma gestão mais próxima e sensível às demandas da comunidade, e o fortalecimento da identidade e autonomia municipal.

Essa mudança no cenário político e institucional brasileiro após 1988 refletiu na forma como as políticas públicas eram formuladas e implementadas em nível local, promovendo uma maior integração entre o governo e a sociedade no âmbito municipal (Tomio, 2002, p. 62).

Segundo Souza (2015, p. 82), na Bahia, a Lei Complementar que regulamentou e definiu os critérios mínimos para emancipação até 1990 foi a Lei Complementar nº 001 de 19 de julho de 1989, de acordo com o art. 3º dessa referida Lei nenhum município poderia ser criado sem obedecer aos seguintes critérios:

- I. População estimada não inferior a 0,1% da existente no Estado;
- II. Centro urbano já constituído, com número de prédios superior a 200 (duzentos) e população estimada não inferior a 0,02% (dois centésimos por cento) da existente no estado;
- III. Eleitorado mínimo de 20% (vinte por cento) da população;
- IV. Arrecadação, nos 2 (dois) últimos exercícios, de impostos estaduais, por habitantes, não inferior a 40% (quarenta por cento) da média per capita alcançada pelo estado no mesmo período, excluído do cálculo os dados correspondentes à Região Metropolitana de Salvador (Bahia, 1989, *on-line*, s/p.).

Magalhães (2007), em suas análises sobre as razões econômicas, políticas e sociais que influenciam a emancipação municipal fornece importantes informações para compreender esse fenômeno no contexto brasileiro. Para Magalhães, a importância da viabilidade econômica, da representatividade política e do planejamento adequado para os novos municípios devem ser considerados para realizar uma reflexão mais aprofundada sobre os impactos da emancipação política nas comunidades locais e no desenvolvimento regional (Magalhães, 2007, p. 21).

Outrossim, deve-se atentar que a criação de novos municípios tem um impacto direto nas contas públicas. Em outras palavras, os benefícios diretos da criação de

municípios atingem uma pequena parte (não necessariamente a mais pobre) da população brasileira que vive nos pequenos municípios, mas prejudica a maior parte da mesma população, que habita os outros municípios, cujos recursos se tornaram mais escassos (Magalhães, 2007, p. 20).

3 PECULIARIDADES DA EMANCIPAÇÃO DE QUIXABEIRA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVAS LOCAIS

Existem poucas entradas nas historiografias brasileiras sobre os processos de emancipação política de pequenos núcleos, especialmente na Bahia. Diante dessa lacuna e da importância de preservar a história local, esta seção foi elaborada a partir de entrevistas com moradores, além do estudo de fontes e testemunhos de residentes locais, com o objetivo de ampliar, cada vez mais, a compreensão sobre a trajetória que levou à emancipação do território de Quixabeira-Ba.

Por outro lado, esse contexto também oferece a oportunidade de resgatar as manifestações culturais, a participação política e o papel de figuras locais relevantes na época, o desenvolvimento do artesanato local e as atividades econômicas então praticadas. A esse respeito, um dos entrevistados afirmou que ele relata que foi um dos fundadores de Quixabeira e falou um pouco sobre o período da criação do território, ainda antes da sua nomeação oficial. Conta, ainda, comovido, que os moradores organizaram uma loja comercial para prover contribuições financeiras com o intuito de ajudar no projeto de construção da vila que mais tarde viria a se tornar, oficialmente, um município da Bahia, (Entrevista concedida por Dalberto Lima, no ano de 2022).

Localizado no centro-norte da Bahia, a 299 quilômetros da capital, o surgimento do território de Quixabeira remonta ao ano de 1943, quando Martinho Pereira Lima, junto com seus amigos, teve a ideia de criar uma colônia nas terras da Fazenda Lagoa dos Quixabas, que pertenciam ao senhor José de Belau. Essa propriedade estava situada às margens da estrada que ligava São José do Jacuípe a Itapeipú, ponto estratégico por ser rota de comércio e de transporte de gado vindo do sul da Bahia.

A localização favoreceu, seu crescimento e desenvolvimento, pois, além de ser passagem de gado, promovia o comércio de diversos produtos regionais. Como relata Alcivan Pereira:

A economia aqui como todo mundo sabe, variava às várias casas de farinha, e nessa atividade tinha força, tinha a história do campo de gado também, que era sempre tropeada e rendia, muitos comprando as verdurinhas e gado, bovino, suíno e caprino, e ao lado gente de todas as regiões comprando e revendendo. A economia girava em torno desses produtos e fazendeiros na região (Entrevista concedida por Alcivan Pereira, no ano de 2022).

Na mesma linha, Lima complementa:

Aqui era conhecido como Quixabeira das farinhas. Quixabeira naquela época, a pecuária era muito boa, de gado era tão forte, mas tinha vendas de tudo, bode, muitas avesinhas, carneiro, milho, arroz e feijão... E a lavoura daqui tinha feijão bastante, o feijão do doia, porque botava coité na folha, milho, de doze, açúcar e forte daqui era a farinha. Quixabeira produzia farinha demais naquela época (Entrevista concedida por Dalberto Lima, no ano de 2022).

Quando Serrolândia foi emancipada em 1962, o povoado de Quixabeira, que anteriormente pertencia a Jacobina, foi incorporada ao seu novo município. Alguns anos mais tarde, no final da década de 1970, o então vereador Raulindo de Araújo Rios apresentou um projeto na Câmara Municipal de Vereadores de Serrolândia para transformar Quixabeira em Distrito, sendo isso ocorrido em 1978.

Em declaração a respeito da história de Raulindo, o Sr. Dalberto diz:

Raulindo era um grande homem, tinha noção de como administrar o que tinha em São Paulo, ele já viajava e chegava a trabalhar lá. Na época foi mesmo isso, ele trabalhava mesmo, mas tudo em prol da educação, nas festas, nos projetos de base, de calçamento que ele fazia tudo ainda antes dele participar, com seus Jaime fundou uma sede de associação filantrópica, ajudava os estudantes. Raulindo nos ajudava de toda forma, ele sabia como era o sofrimento da gente. E foi ele que foi um dos primeiros a falar em emancipação de Quixabeira. Ele foi vereador em 81 e em 85, e se ele não entrou ali na política, não sei quem teria entrado no lugar dele... ele foi candidato sozinho... perdeu a eleição, mas também ninguém ajudou (Entrevista concedida por Dalberto Lima, no ano de 2022).

Quixabeira foi se desenvolvendo gradativamente, e o desejo de transformá-la em cidade tornava-se cada vez mais intenso. A comunidade passou a buscar a presença de padres, médicos, instituições religiosas e serviços públicos, numa

mobilização crescente em favor do direito à emancipação política. Raulindo, juntamente com outros vereadores da época e diversos membros da sociedade, em 1980, empreendeu uma batalha intensa com a Assembleia Legislativa da Bahia para conseguir a emancipação de Quixabeira, vai até Salvador encaminhar nas divisões territoriais um procedimento para emancipação na área do distrito de Quixabeira.

É um momento marcante na história da cidade, espelhando um movimento mais vasto de descentralização política e administrativa no Brasil. Nove anos mais tarde, ocorre o plebiscito no qual a população afirma sim à emancipação. A Lei no 5.019/89, promulgada em 13 de junho de 1989, desmembra o território de Serrolândia, transformando Quixabeira em um município 46 anos após sua criação.

Desde então, o território passou a receber investimentos em infraestrutura, educação, saúde e crescimento econômico, visando à melhoria da qualidade de vida da população local. A cultura de Quixabeira é marcada por tradições indígenas e afro-brasileiras, expressas na manutenção de práticas artesanais como a produção de barro, palha, couro, madeira e fios de sisal.

A cidade também tem uma rica trajetória nas artes e na comunicação, com destaque para a Rádio Quixabeira FM e a realização de eventos culturais como a Festa em Honra à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o Arraial de Santo Antônio (junho), o Desfile Cívico da Independência do Brasil (setembro), e a Festa da Primavera no Povoado de Jaboticaba (outubro).

O fortalecimento da identidade cultural e do sentimento de pertencimento coletivo também se expressa por meio de símbolos cívicos. Um exemplo é o Hino de Quixabeira, composto em 1993 por Dalberto Lima Novaes, à época vice-prefeito da cidade.

Em seu depoimento, ele comenta:

O hino de Quixabeira foi após eu ser vice e o primeiro livro 'Fundação e evolução' que publiquei. Já trabalhava com isso em 1993, quando um amigo músico me chamou, disse que queria fazer o hino da cidade. Eu topei. Quis fazer um hino diferente, não imitando os hinos nacionais, algo com a letra bem local. Falei da paisagem, da história, do povo trabalhador. Na época, o hino passou pela Câmara. Acho que isso ajudou muita gente a se sentir parte da cidade, cantavam nas escolas. Fizemos até um evento na praça, que ficou lotada. As professoras, os estudantes todos se emocionaram. Foi um marco (Entrevista concedida por Dalberto Lima, no ano de 2022).

Esse depoimento revela o papel de lideranças locais na criação de elementos simbólicos que reforçam a construção da memória coletiva e da identidade quixabeirense, apontando para um processo de afirmação cultural em meio às transformações políticas e sociais do período pós-emancipação.

A origem do nome Quixabeira para a cidade baiana está relacionado à planta de mesmo nome, cientificamente denominada *Sideroxylon obtusifolium*, uma árvore típica da região e pertencente à família das Sapotáceas. A Quixabeira é conhecida por sua resistência e adaptabilidade ao clima semiárido, podendo atingir até 15 metros de altura. Suas folhas, flores aromáticas e frutos comestíveis de sabor doce fazem parte não apenas da paisagem local, mas também da cultura e da memória da comunidade, que sempre valorizou seus recursos naturais como fonte de subsistência. A seleção do nome evidencia a forte conexão da população com o meio ambiente e seus recursos, tanto pela presença da árvore quanto pelas múltiplas utilidades que ela oferece, como madeira, frutos e elementos medicinais.

Além disso, a história local também é marcada pela organização social e econômica dos moradores, que ao longo dos anos se mobilizaram não apenas para fortalecer a produção agrícola — especialmente a fabricação de farinha, a pecuária e o cultivo de grãos —, mas também para lutar por melhorias sociais.

As reivindicações da população foram fundamentais no processo de emancipação política, quando a população reivindicava autonomia administrativa, acesso a serviços públicos e mais investimentos, demonstrando o protagonismo dos quixabeirenses na construção de sua própria história. Nesse contexto, a emancipação política do município de Quixabeira, ocorrida em 1989, representa um marco significativo na sua história. Este acontecimento refletiu um movimento mais amplo de descentralização política e administrativa que ocorreu no Brasil nas últimas décadas do século XX.

O processo de emancipação foi impulsionado por diversos fatores, especialmente os socioeconômicos, culturais e políticos. As comunidades locais perceberam que uma gestão mais próxima poderia gerar respostas mais eficientes às demandas da população, além de permitir maior participação dos cidadãos nas decisões políticas e econômicas do município. Esse movimento se alinhava a uma tendência nacional de fortalecimento dos pequenos municípios, marcada pela busca de autonomia fiscal, administrativa e política, como preconiza a legislação que exige,

por exemplo, uma arrecadação mínima proporcional à média estadual para viabilizar a sustentabilidade da nova unidade administrativa.

Assim como Quixabeira, no interior baiano, as emancipações políticas nesse momento foram recorrentes na mesorregião do Centro-Norte Baiano e mais precisamente na microrregião de Jacobina-Bahia, como exemplos temos a emancipação política de Capim Grosso (1984), Várzea Nova (1985), Ouroândia (1989), São José de Jacuípe (1989), Gavião (1989).

Do mesmo modo, não se pode negar que essas emancipações foram resultado no aumento da ocupação de territórios e atividade econômica local. Portanto, foram essenciais para aumentar os recursos financeiros e melhorar áreas como saúde, educação, segurança e serviços públicos nessas regiões (Magalhães, 2007, p. 21).

No caso específico da emancipação política da cidade de Quixabeira, a criação de um novo município trazia consigo a possibilidade de benefícios reais para a população local, como o aumento da representatividade política, melhoria na prestação de serviços públicos e desenvolvimento econômico. Embora ainda fosse distrito de Serrolândia, Quixabeira já apresentava condições econômicas favoráveis que lhe permitiriam sustentar-se como um município autônomo.

4 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E MANIFESTAÇÕES POPULARES DE QUIXABEIRA

Desde o desmembramento, a cidade se consolidou como um relevante polo agrícola da área, destacando-se na produção de feijão, milho e mandioca. A economia de Quixabeira é predominantemente baseada na agricultura e pecuária, que contribuem com uma parcela considerável do PIB municipal. O PIB *per capita* da cidade é de aproximadamente R\$ 8,6 mil, inferior à média do estado da Bahia. O crescimento do PIB municipal entre 2006 e 2021 foi de 144,5%, com um aumento de 29,7% nos últimos cinco anos. No entanto, o PIB per capita tem mostrado uma tendência de declínio ao longo dos anos, com uma diminuição de 32,1% nas últimas três décadas.

As manifestações populares em Quixabeira, tanto de cunho reivindicatório quanto cultural, representam formas legítimas de expressão política e de identidade comunitária. De acordo com Williams (1979), a cultura popular é composta pelas

práticas cotidianas que expressam os valores e necessidades das classes subalternas, funcionando como espaço de resistência e afirmação coletiva. Em Quixabeira, as festas locais, os campeonatos esportivos e os eventos religiosos cumprem esse papel de coesão e de fortalecimento da identidade. O Campeonato Municipal de Futebol, realizado anualmente no Estádio Valdemar Moreira, o "Moreirão", é uma dessas expressões. Com mais de três décadas de tradição, o torneio movimentava a economia local e simboliza o orgulho coletivo da comunidade, além de funcionar como espaço de socialização entre diferentes gerações.

Além disso, clubes desportivos e associações culturais contribuem para a construção de um sentimento de pertencimento e de continuidade histórica. Stuart Hall (2003) observa que essas formas simbólicas de manifestação cultural participam ativamente da construção da memória coletiva e da identidade local. Portanto, em Quixabeira, protestos e manifestações esportivas e culturais devem ser vistos como dimensões complementares do processo histórico de emancipação e afirmação cidadã.

5 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA COMO MARCO HISTÓRICO DE QUIXABEIRA

O processo de emancipação política do município de Quixabeira revela-se como um fenômeno multifacetado que ultrapassa a simples reorganização administrativa. Trata-se de uma conquista profundamente ancorada na afirmação de uma identidade coletiva, no desejo de autonomia e na consolidação do protagonismo de uma comunidade historicamente conectada aos seus valores, memórias, práticas e aspirações.

O estudo das histórias locais e regionais permite apreender as dinâmicas cotidianas das comunidades e compreender como elas se articulam territorialmente no tempo e no espaço. Em Quixabeira, a emancipação representou um marco de transformação institucional e simbólica, no qual a população assumiu a responsabilidade de gerir seu próprio território, construir seu projeto de sociedade e valorizar sua singularidade histórica e cultural.

A formação da identidade coletiva ganha destaque nesse processo. A construção de símbolos como o brasão, a bandeira e o hino do município expressam não apenas a independência administrativa, mas também a memória coletiva, os

valores partilhados e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. As manifestações culturais, como festas religiosas, eventos cívicos e práticas tradicionais, reafirmam a coesão da comunidade e contribuem para a preservação de sua memória.

No campo político-administrativo, a autonomia permitiu uma maior proximidade entre poder público e população, viabilizando a criação de políticas públicas alinhadas às reais necessidades locais. Isso favoreceu a vários avanços em áreas essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e assistência social, refletindo um modelo de gestão mais eficiente, democrático e participativo. Como observa Benedetti (2001), essa descentralização fortalece os laços de cidadania e oferece ao povo o direito de decidir seu futuro.

No entanto, a emancipação também trouxe consigo desafios significativos, como a reconfiguração das estruturas de poder e a emergência de disputas simbólicas e materiais. Souza (2003) adverte que a construção da autonomia municipal não está isenta de tensões entre grupos sociais que disputam a hegemonia política e econômica local. Esse cenário exige maturidade institucional e capacidade de mediação para garantir a estabilidade e a justiça social.

A emancipação, portanto, é mais do que um ato jurídico: é um movimento de construção da cidadania. Como afirma Carvalho (2008), ela representa a reivindicação legítima de um povo por soberania sobre seu território, por autodeterminação e por reconhecimento de suas especificidades. Em Quixabeira, esse movimento foi impulsionado por lideranças locais e consolidado por uma população que desejava maior representatividade, autonomia e desenvolvimento.

A análise da história emancipatória de Quixabeira revela, ainda, a importância da cultura como instrumento de resistência, valorização identitária e construção de vínculos comunitários. O patrimônio natural, como a árvore que deu nome ao município, e os saberes populares reforçam a conexão entre passado e presente, contribuindo para um futuro construído coletivamente.

Compreender essa trajetória é também refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e integrada. A frase de Chico Buarque *“As pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho medo de que as coisas nunca mudem”* (Buarque, 2019), sintetiza o espírito emancipatório: a coragem de transformar para evoluir.

Dessa forma, os aprendizados extraídos desta pesquisa não apenas iluminam a história de Quixabeira, mas também oferecem subsídios valiosos para a compreensão de outros processos semelhantes.

REFERÊNCIAS

FONTE ORAIS

SOUSA, Alcivan Pereira. **Alcivan Pereira Lima (depoimento, 2024)**. Entrevista cedida a Bianca Ferreira Santos, Quixabeira, BA, 10 de nov. 2024)

NOVAIS, Dalberto Lima. **Dalberto Lima Novais (depoimento, 2024)**. Entrevista cedida a Bianca Ferreira Santos, Quixabeira, BA, 14 de nov. 24.

NOVAIS, Dalberto Lima. **Dalberto Lima Novais (depoimento, 2022)**. Entrevista cedida a Bianca Ferreira Santos, Quixabeira, BA, 15 de nov. 22.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. In: PINKSY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.155-202.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais. In: PINKSY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 23-81.

BAHIA. **Lei Complementar nº 001 de 19 de julho de 1989**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70117/lei-complementar-001-89>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos Da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. p. 27-31.

BENEDETTI, Cláudia. **Emancipação Política: Movimentos e Desafios na Construção Municipal**. São Paulo: Cortez, 2001.

BUARQUE, Chico. Frase pública em entrevista, 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Salvador, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**; 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos Da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. p. 3-13.

GÓES, Bruno Mendes. A “ONDA EMANCIPATÓRIA INVADIU FEIRA: ESTUDO SOBRES OS PROCESSOS EMANCIPATÓRIO DOS DISTRITOS DE ANGUERA E

BONFIM DE FEIRA (1961-63). **Dissertação de mestrado em História** - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos Da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. p. 15-25.

MAGALHÃES, João Carlos. 2007. "**Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**". In: XAVIER YAWATA, Alexandre; ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.). Dinâmica dos municípios. Rio de Janeiro: IPEA.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e historiografia local e regional**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2008.

VELÔSO, T. M. G. Pesquisando fontes orais em busca da subjetividade. In: Dulce Consuello Andreatta Whitaker; Thelma Maria Grisi Veloso. (Org.). **Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória**. 1 ed. Campina Grande – PB: EDUEP, 2005.

VOLDMAN. Daniéle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos Da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. p.33-41.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Cidadania e cultura política no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: IUPERL, 1992.

SOUZA, Celina. **Governos locais e gestão pública municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Rafael. **Processos de emancipação municipal na Bahia; aspectos políticos e institucionais**. Salvador, 2015.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 48, 2003, p. 61-89.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.